

CONDICIONANTES

DEFICIÊNCIAS

POTENCIALIDADES

GOVERNANÇA INTERMUNICIPAL/REGIONAL

ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Grande número de Planos e Zoneamentos Regionais e Normas Estaduais e Federais incidem sobre o território de Morretes: Área Especial de Interesse Turístico (AEIT) do Marumbi, Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaratuba, Tombamento da Serra do Mar, Uso e Proteção do Bioma Mata Atlântica (Lei Federal nº 11.428 /2006), Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral (PDS), Comitê da Bacia Litorânea e Plano da Bacia Hidrográfica Litorânea (PBHL), Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE) do Litoral, Áreas e Locais de Interesse Turístico nos Municípios do Litoral (Lei Estadual nº 12.243/1998), Uso e Ocupação das Áreas e Locais de Interesse Turístico (Decreto Estadual nº 2.722/1984), Macrozoneamento do Litoral (Decreto Estadual nº 5.040/1989).

COLIT não tem capacidade para promoção da integração de ações e articulação regional necessária. Ausência de marco legal proveniente do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral (PDS Litoral).

Instâncias de governança do turismo (ADETUR) e gerenciamento costeiro (CT-GERCO/PR). Morretes Convention e Visitors Bureau. Plano Municipal de Turismo articulado com Plano de Trabalho do Conselho Municipal de Turismo e com ADETUR. Fortalecimento do trade turístico motivado pelo trabalho da agência de desenvolvimento local – ADETUR, bem como pelo trabalho em rede fomentado pelas ações da GRMA. Com Interesse dos empreendedores privados no desenvolvimento do turismo sustentável.

Órgãos estaduais e federais são responsáveis pela regulação do uso do solo meio rural.

Reduzida articulação dos municípios do Litoral Norte e pequena representação política do território.

Articulações e Planos de Desenvolvimento Sustentável elegíveis para cooperação internacional. Integrações propostas no PDS Litoral, no Programa Vocações Regionais Sustentáveis (Invest Paraná) e nos projetos do plano de ação turístico em parceria com a Adetur Litoral do Paraná

FOMENTO ECONÔMICO

ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Município não possui gestão nas áreas de fomento econômico: não há unidade de gestão definida responsável para fomento econômico, não dispõe de instrumentos e interlocutores (além do Prefeito) para Fomento Econômico com empresários e investidores, com ações desarticuladas e desmembradas.

Estrutura deficiente de pessoal efetivo, equipamentos e sistemas tecnológicos para Secretaria de Agricultura e Diretoria de Turismo. Reduzida articulação municipal com agências de desenvolvimento econômico (SEBRAE e BRDE).

Há potencial para aumentar o interesse da população rural em se fixar no território para incremento da economia, através da produção agroecológica e do turismo.

ARRECADAÇÃO MUNICIPAL

ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Restrições à atividade industrial e elevada informalidade econômica e fundiária limitam base econômica do município para gerar empregos, renda e arrecadação tributária.

Elevada dependência fiscal em transferências correntes e de capital. Arrecadação própria concentrada nas receitas de ISSQN da concessão rodoviária da BR-277. Restrições fiscais para investimentos com recursos próprios e para ampliação dos serviços sociais.

Potencial para criação e cobrança da Taxa de Turismo - Taxa de Preservação Ambiental. Recuperação da capacidade de acesso a linhas de crédito.

Capacidade do município para regulamentar e aplicar instrumentos que viabilizam a arrecadação municipal adequada em contrapartida aos serviços públicos prestados pelo município.

Condição atual dos instrumentos é crítica: Desatualização da Planta Genérica de Valores (PGV). Ausência do Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM). Problemas com a arrecadação adequada do IPTU, ITBI e ISSQN.

Possibilidade de implantar o CTM e atualização da PGV de forma qualificada a partir das informações da revisão do Plano Diretor, com Impacto na receita tributária do IPTU e ITBI.

Município não possui estrutura e pessoal dedicado à fiscalização e regularização fundiária urbana e rural.

Problemas extensos relativos à irregularidades fundiárias e urbanísticas.

Impacto potencial da regularização e fiscalização fundiária urbana e rural nas receitas tributárias municipais.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE MORRETES
FASE 2 - ANÁLISE TEMÁTICA - PRODUTO 3F - TOMO II - 22/07/2022
MATRIZ CONDICIONANTES DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES

CONDICIONANTES

DEFICIÊNCIAS

POTENCIALIDADES

PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS - PLANO DIRETOR VIGENTE			
ASPECTOS INSTITUCIONAIS	Plano Diretor aprovado em 2011 pouco participativo, sem Monitoramento e sem efetividade do Plano de Ação e Investimentos (PAI).	Desconhecimento do PAI. Não integração do PAI com Planos Plurianuais e Leis Orçamentárias. Deficiências na participação popular na elaboração do PDM 2011 e no orçamento.	ConCidade representativo e em operação, a partir de 2020. Plano Diretor em construção conjunta, com elevado interesse e acesso à participação da população.
LEGISLAÇÃO MUNICIPAL - PLANO DIRETOR VIGENTE			
ASPECTOS INSTITUCIONAIS	Exigência do art. 2º inciso X da Lei Federal do Estatuto da Cidade.	Lei do PD não menciona relação obrigatória com planejamento financeiro do Município, conforme exigência do art. 2º inciso X da Lei Federal do Estatuto da Cidade.	A partir da revisão do PDM poderá ser cumprida a exigência do ECid.
	Exigência do art. 40 §3º da Lei Federal do Estatuto da Cidade.	Lei do PD não definiu prazo máximo de 10 anos para revisão do PD conforme exigência do art. 40 §3º da Lei Federal do Estatuto da Cidade.	A partir da revisão do PDM as correções e ajustes necessários na Lei poderão ser realizados.
	Capacidade do município para editar normas legais é condicionante.	Lei do PD não menciona existência do PAI do Plano Diretor aprovado em 2011.	A partir da revisão do PDM as correções e ajustes necessários na Lei poderão ser realizados.
	Capacidade do município para editar normas legais é condicionante.	Lei do PD dedica muito espaço para temas como educação, saúde, cultura que já são regulamentados em políticas e leis específicas.	Plano Diretor vigente foi elaborado de forma transparente e participativa. Município já possui uma cultura de participação pública bastante razoável. Conselho da Cidade é atuante na Política Urbana.
	Capacidade do município para editar normas legais é condicionante.	Instrumentos de incentivo ao cumprimento da função social da propriedade não foram regulamentados, especialmente IPTU Progressivo e Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios.	Possibilidade de regulamentação e implementação dos instrumentos de IPTU Progressivo e PEUC a partir da revisão do PDM.

CONDICIONANTES

DEFICIÊNCIAS

POTENCIALIDADES

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

ASPECTOS AMBIENTAIS

60% do território de Morretes integra UC de Uso Sustentável e/ou de Proteção Integral.
 Capacidade dos órgãos gestores para promover a gestão adequada das UC é condicionante.

Gestão das Unidades de Conservação com escassez de recursos para implementação do uso público.
 Parques Estaduais apresentam baixo ou nenhum investimento para a estruturação de um programa atrativo, responsável, seguro para a visitação a partir de atividades de lazer, aventura, aventura técnica e educação socioambiental.
 Parques Estaduais da Graciosa e do Pau Oco sem plano de manejo.
 Parque Estadual Pico do Marumbi tem plano de manejo desatualizado.

Parques Estaduais possuem grande potencial para o uso público.
 Região do Litoral do PR integra o maior remanescente de Floresta Atlântica, um hotspot de biodiversidade, reserva da biosfera reconhecida pela UNESCO.

Serviços ambientais prestados por UCs.

Não há PSA implementado no município.

Criação de legislação de PSA para RPPNs, ao exemplo de Antonina.

O fluxo turístico adequado é condicionante para a sustentabilidade financeira baseada no ecoturismo e turismo de aventura.

Baixa aderência do mercado consumidor de ecoturismo e de turismo de aventura para a região do Litoral do Paraná, em especial, pela baixa oferta de atrações e pela falta de estrutura de visitação e uso público das Unidades de Conservação.

A relevância dos bens socioambientais do Litoral do Paraná, que representa o maior remanescente de Mata Atlântica contínua do Brasil, combinado a proximidade com grandes centros emissores de viajantes (Curitiba e São Paulo) favorece o fortalecimento de programas e projetos que combinem a preservação ambiental com a integração socioeconômica das populações locais, como forma de manutenção e reprodução da vida e do ecossistema.

Capacidade de interlocução e articulação institucional do município com governo estadual e federal é condicionante.

UCs públicas têm problemas de gestão. Não há processo de monitoramento contínuo para ações ilegais como desmatamento, caça, extrativismo.

Estruturando a gestão e fiscalização nas UC públicas há potencial para ganho de arrecadação de ICMS-E e incremento da atividade turística, além da manutenção do patrimônio natural.

NOVA FERROESTE

ASPECTOS AMBIENTAIS

Nova Ferroeste é um projeto do estado do Paraná, com abrangência interestadual (e possivelmente internacional no futuro). Os impactos do empreendimento estão sendo avaliados pelo IBAMA no processo de licenciamento ambiental, que toma como base o EIA-RIMA da Nova Ferroeste. Não foi apresentado traçado alternativo no EIA-RIMA para o trecho do empreendimento que atravessa a área rural de Morretes.
 O trâmite de licenciamento do empreendimento junto ao IBAMA não está concluído.
 Os impactos positivos e negativos da Nova Ferroeste serão observados para além do horizonte de 10 anos deste Plano Diretor.

EIA-RIMA da Nova Ferroeste aponta diversos impactos ambientais significativos.
 Traçado proposto, atualmente em fase de licenciamento pelo IBAMA, atravessa áreas de grande fragilidade e importância ambiental. Risco de deslizamento, acidentes e novos impactos e contaminação ambiental.

As discussões públicas que ocorrem ao longo do processo de licenciamento ambiental, que tramita no IBAMA, podem contribuir para a qualificação das medidas e programas propostos no EIA-RIMA da Nova Ferroeste, com objetivo de mitigar e compensar os impactos de diversas naturezas em Morretes.
 As contribuições dos diferentes agentes da sociedade são consideradas no processo de licenciamento ambiental.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE MORRETES
 FASE 2 - ANÁLISE TEMÁTICA - PRODUTO 3F - TOMO II - 22/07/2022
 MATRIZ CONDICIONANTES DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES

CONDICIONANTES

DEFICIÊNCIAS

POTENCIALIDADES

CONDICIONANTES			DEFICIÊNCIAS			POTENCIALIDADES		
ASPECTOS AMBIENTAIS	PARQUE MUNICIPAL							
	Capacidade do município em projetar e implantar parque urbano.	Ausência de Áreas de Parque Municipal com áreas de lazer e de atividade física em contato com a natureza para a população local.	Zona Especial de Parques (ZEPA) já demarcada no Zoneamento - Potencial de criação de parque municipal para lazer e contenção de cheias, área pouco ocupada.					
ASPECTOS AMBIENTAIS	DESASTRES NATURAIS							
	PMMA revela situação preocupante para áreas do litoral diante de eventos climáticos que aumentem o nível das águas oceânicas. Grandes chuvas, cheia dos rios e enchentes cada vez mais recorrentes.	Ocupações urbanas em áreas de vulnerabilidade de inundações, alagamentos e deslizamentos. Carência de fiscalização.	Zona de Controle de Enchentes (ZCE) demarcada do PDM vigente.					
	Condicionantes naturais.	Bacias do Rio Sagrado e do Rio Jacaré são áreas amplas de atenção para desastres naturais. As ocupações antropizadas nos vales estão sujeitas à desastres naturais decorrentes de movimentações de massa nas Serras.	Existência de Plano de Contingência da Defesa Civil elaborado em 2020.					
ASPECTOS AMBIENTAIS	ÁREAS DE FUTUROS MANANCIAIS							
	Áreas de mananciais são definidas pelo CBH-Litorânea e IAT.	As áreas de mananciais futuros demarcadas pelo Plano da Bacia Hidrográfica Litorânea são bastante extensas em Morretes, sendo áreas que ainda carecem de definição acerca da outorga de captação e inclusão no ICMS Ecológico.	As áreas de mananciais encontram-se preservadas.					
ASPECTOS AMBIENTAIS	CORPOS HÍDRICOS							
	Condicionantes naturais.	Processo natural de erosão causa sedimentação dos corpos hídricos e baías. Processos antrópicos de uso da terra aumentam a produção de sedimentos. Dragagens causam impactos ambientais e financeiros.	Sistemas Agroflorestais como alternativas para redução do assoreamento dos corpos hídricos. UFPR promove pesquisas para analisar o impacto da adoção de SAF em Morretes com consequência na redução do assoreamento dos portos - possível parceria com APPA.					

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)

ASPECTOS AMBIENTAIS

Há ocupações/construções históricas e área urbana consolidada às margens do Rio Nhundiaquara (anteriores às normativas).
 O art. 4º da Lei nº 6.766/1979, alterado pela Lei nº 14.285/2021 determina que "ao longo das águas correntes e dormentes, as áreas de faixas não edificáveis deverão respeitar a lei municipal ou distrital que aprovar o instrumento de planejamento territorial e que definir e regulamentar a largura das faixas marginais de cursos d'água naturais em área urbana consolidada, nos termos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, com obrigatoriedade de reserva de uma faixa não edificável para cada trecho de margem, indicada em diagnóstico socioambiental elaborado pelo Município".
 Capacidade do município para elaborar diagnóstico socioambiental é condicionante.

Ocupações irregulares às margens dos rios (tanto de alto padrão quanto de população em vulnerabilidade social).
 Município não realizou ainda o diagnóstico socioambiental para regulamentação das áreas de faixas não edificáveis na área urbana consolidada.

Existe vazio urbano com potencial para criação de área de controle de cheias. Plano Diretor aprovado em 2011 demarca faixas de APP em áreas urbanas.

ÁREAS APTAS, APTAS COM RESTRIÇÕES E INAPTAS À OCUPAÇÃO ANTRÓPICA

ASPECTOS AMBIENTAIS

Condicionantes ambientais: 47% do território é apto à ocupação antrópica com restrições, 31% é inaptas à ocupação antrópica e 22% do território municipal é apto à ocupação antrópica.

Nas áreas aptas à antropização devem ainda ser observadas: pontos de áreas de risco, APPs, reservas legais, questões fundiárias, urbanísticas e jurídicas específicas.

CONDICIONANTES

DEFICIÊNCIAS

POTENCIALIDADES

ABASTECIMENTO DE ÁGUA			
INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	Existência/possibilidade de interlocução entre município e concessionária/estado é condicionante para ações e investimentos relativos ao abastecimento de água. Contrato entre município e Sanepar. O espraiamento de áreas ocupada encarece expansão e investimento em redes de água.	Distritos São João e Sambaqui não têm rede de abastecimento de água. Parte da Sede não conta com rede de abastecimento de água.	Sede e Distrito Porto de Cima contam com rede de abastecimento de água.
	Capacidade do município para realizar planejamento é condicionante - a Lei nº 11.445/2007 determina que prefeituras devem elaborar seu PMSB, sem o qual não pode receber recursos federais para projetos de saneamento básico.	Inexistência de Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).	É possível estabelecer sistemas ecológicos descentralizados e outras tecnologias apropriadas como alternativas viáveis ao saneamento rural do município, desde que mantida baixíssimas densidades populacionais.
	Áreas de mananciais são definidas pelo CBH-Litorânea e IAT.		Área de mananciais estão delimitadas no Plano da Bacia Hidrográfica Litorânea.
	Dados disponibilizados pelo Censo (2010).		94,6% dos domicílios morretenses localizados em áreas urbanas e 31,6% dos localizados nas áreas rurais contavam com abastecimento por rede geral. Nas áreas rurais as principais alternativas de abastecimento são os poços ou nascentes.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO			
INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	Existência/possibilidade de interlocução entre município e concessionária/estado é condicionante para ações e investimentos relativos ao esgotamento sanitário. Contrato entre município e Sanepar. O espraiamento de áreas ocupada encarece expansão e investimento em redes de esgoto.	Distritos São João e Sambaqui não têm rede de esgoto. Parte da Sede não conta com rede de esgoto.	Sede e Distrito Porto de Cima contam com rede de esgoto.
	IAT é o órgão do estado responsável pelo monitoramento e divulgação acerca da balneabilidade dos rios.	Problemas na balneabilidade dos rios de Morretes tem impacto negativo sobre o turismo. O monitoramento não abrange diversos pontos de banho de rio.	Existência de um histórico de monitoramento de balneabilidade em 3 pontos: Anhaia, Porto de Cima e Centro Histórico.
	Sanepar é responsável pela fiscalização de lançamentos irregulares de esgoto.	Lançamento irregular de esgoto nos rios. Carência de campanhas educativas.	A época de seca em 2020/21 favoreceu a realização de mais vistorias da Sanepar.
	Capacidade do município para realizar planejamento é condicionante - a Lei nº 11.445/2007 determina que prefeituras devem elaborar seu PMSB, sem o qual não pode receber recursos federais para projetos de saneamento básico.	Inexistência de Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).	
	Dados disponibilizados pelo Censo (2010).	30% dos domicílios do município contavam com lançamento em rede geral de esgoto ou pluvial em 2010, sendo que aproximadamente 30% faziam uso de fossa rudimentar.	

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE MORRETES
FASE 2 - ANÁLISE TEMÁTICA - PRODUTO 3F - TOMO II - 22/07/2022
MATRIZ CONDICIONANTES DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES

CONDICIONANTES

DEFICIÊNCIAS

POTENCIALIDADES

	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	RESÍDUOS SÓLIDOS		
	Inserção de Morretes na microregião de Paranaguá. Para municípios pequenos não é viável financeiramente ter um aterro sanitário próprio, devido ao alto custo de manutenção.	Atualmente os resíduos são destinados ao aterro sanitário de Alexandra, em Paranaguá.	A gestão de resíduos sólidos é considerada Função Pública de Interesse Comum no PDS_Litoral. Potencial para melhorar a gestão de resíduos por meio de consórcios públicos.
	Capacidade do município para propor e fiscalizar normas municipais ambientais é condicionante para determinados controles ambientais.	Falta de controles, normas e legislação de gestão de resíduos do município. Não há exigência do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos dos empreendedores. Grandes geradores de resíduos não realizam a própria gestão, tanto em áreas urbanas quanto rurais.	
	Capacidade do município para realizar planejamento é condicionante - a Lei Federal nº 14.026/2020 estabelece prazo até 2 de agosto de 2024 para o encerramento de destinação inadequada de resíduos em lixões e aterros controlados.	Não há Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.	Há linhas de financiamento para municípios com o Plano de Resíduos Sólidos. O Plano está em fase de revisão do termo de referência para contratação da consultoria capacitada para elaboração.
	Capacidade do município para realizar investimentos para destinação adequada de resíduos é condicionante.	Falta de área no município para destinação adequada aos resíduos. Falta de recursos financeiros para executar e operar área adequada para destinação final de resíduos.	Atualmente há tecnologias alternativas ao descarte baseadas na reciclagem, reuso, reparo, redistribuição e remanufatura dos bens, gerando a economia circular.
	Capacidade do município para prestar serviço de coleta é condicionante.	A prefeitura Municipal executa a coleta de resíduos domiciliares em toda a área rural, porém não possui capacidade financeira para essa prestação de serviço, dificultado por não haver pontos de coleta concentrada e por não ser praticada extensivamente a compostagem para diminuir os resíduos orgânicos.	A prefeitura Municipal executa a coleta de resíduos domiciliares em todas as áreas urbanas. Boa abrangência do serviço de limpeza pública no município.
	Hábito de uso recreativo e turístico dos rios no município é condicionante.	Resíduos são lançados nos rios, turistas não levam o lixo até ponto de coleta.	A prefeitura Municipal executa a coleta de resíduos nas áreas de banho de rio.
	Capacidade do município para fiscalizar é condicionante.	Falta de controle dos resíduos gerados. A prefeitura não tem controle sobre que tipo de resíduos e em quais quantidades são gerados.	
Dados disponibilizados pelo Censo (2010).	12,5% dos domicílios rurais realizavam a prática da queima	99,6% dos domicílios urbanos contavam com sistema de coleta, nas áreas rurais a cobertura deste serviço correspondeu a 85%	
ICOS	MACRO E MICRODRENAGEM		
	Topografia e hidrografia, áreas suscetíveis à inundações e alagamentos.	Carência de obras de macro e microdrenagem.	Existência do mapeamento dos pontos de inundação e alagamento no município.
	Capacidade do município para realizar investimentos e manutenção em drenagem é condicionante.	A grande maioria das vias urbanas não possui sistema de drenagem. Presença de bueiros obstruídos.	
Capacidade do município para realizar planejamento é condicionante - a Lei nº 11.445/2007 determina que prefeituras devem elaborar seu PMSB, sem o qual não pode receber recursos federais para projetos de saneamento básico.	Inexistência de Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).		

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE MORRETES
FASE 2 - ANÁLISE TEMÁTICA - PRODUTO 3F - TOMO II - 22/07/2022
MATRIZ CONDICIONANTES DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBL

CONDICIONANTES

DEFICIÊNCIAS

POTENCIALIDADES

COMUNICAÇÃO

ANATEL é responsável pela regulação das telecomunicações e compromisso de abrangência de acordo com a população.

O compromisso da ANATEL em atender 100% dos municípios com população inferior a 30 mil habitantes com a tecnologia 5G tem prazo até até 2029, sendo os últimos a receber a tecnologia.

Operadoras disponibilizam tecnologia 3G e 4G no Município.

Interlocução com a concessionária de serviço público - Correios e Telégrafos.

Agência dos Correios em Porto de Cima era comunitária, foi fechada devido à Prefeitura não dispor de capacidade para operação.

Agência dos correios na Sede é própria dos Correios, o que viabiliza a operação.

I	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
ENERGIA ELÉTRICA			
Existência/possibilidade de interlocução entre município e COPEL é condicionante para ações e investimentos relativas à energia elétrica e iluminação pública. O espraiamento de áreas ocupada encarece expansão e investimento em redes.		Inexistência de informações e mapeamento por parte da concessionária.	
Não é permitida anuência de energia elétrica na área de Floresta, devido à fragilidade ambiental.		Carência de informação sobre a extensão da rede de energia elétrica no município.	Alto índice de cobertura de energia elétrica e iluminação pública na Sede.
Dados disponibilizados pelo Censo (2010).			99,1% dos domicílios dispunham de energia elétrica

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	DEMOGRAFIA E PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS		
	<p>Dinâmica Regional: Entre os períodos censitários 1991/2000 e 2000/2010 a região apresentou declínio da taxa média de crescimento da população.</p> <p>A desaceleração no crescimento da população na região do litoral foi mais significativa que no restante do estado.</p>	<p>Segundo as projeções, entre 2010 e 2022 a taxa média de crescimento de Morretes equivaleu a apenas 0,44% a.a., figurando como a 3ª menor taxa da região.</p> <p>Prevê-se a manutenção de baixas taxas de crescimento da população até 2040.</p> <p>A tendência histórica recente e as projeções demográficas indicam perdas relativas de população morretense em função da migração, apontando para um cenário de baixa capacidade de retenção e atração populacional do município.</p> <p>Apesar da queda da razão de dependência no período 1991/2020, em 2032 estima-se que o índice do município suba para 56 dependentes para cada grupo de cem, indicando maiores demandas socioassistenciais.</p> <p>No período 2000/2010 houve um aumento expressivo do número de domicílios não ocupados, tanto de domicílios vagos como de domicílios de uso ocasional.</p>	

CONDICIONANTES

DEFICIÊNCIAS

POTENCIALIDADES

VULNEABILIDADE SOCIAL E SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	<p>Condição geral do estado: aumento significativo da participação relativa das populações pobres e extremamente pobres desde o último levantamento censitário no Paraná.</p>	<p>Os índices de 2010 do componente Renda e Trabalho do IVS sugere desempenhos desfavoráveis dos municípios do litoral norte.</p> <p>A concentração de renda e a situação de vulnerabilidade em relação à pobreza vêm se aprofundando nos últimos anos.</p> <p>Alguns problemas sociais se agravaram muito nos últimos anos e a procura por ajuda e programas sociais aumentou significativamente.</p>	<p>No componente Renda do IDHM, Morretes registrou em 2010 um índice de alto desenvolvimento.</p> <p>Em escala municipal, Morretes apresentava em 2010 uma baixa vulnerabilidade social, de acordo com os parâmetros do IVS.</p> <p>Com uma variação de 19,7% no IDHM, Morretes melhorou no período 2000/2010, passando a integrar ao grupo de municípios considerados de médio desenvolvimento humano.</p>
	<p>Capacidade de investimento do município em equipamentos de assistência social é condicionante.</p>	<p>Carência de equipamentos destinados à promoção dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, especialmente nas áreas rurais do município. A sede do CREAS está em desacordo com as orientações técnicas das instâncias normativas do SUAS. Carência do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.</p>	<p>Posicionamento estratégico dos equipamentos de assistência social que organizam os serviços socioassistenciais básicos e especializados – CRAS e CREAS – no território de Morretes, os quais estão dispostos na região central da sede municipal, facilitando o acesso da população e a articulação com a rede de assistência social.</p>
	<p>Capacidade de investimento do município para aumentar o quadro efetivo de profissionais de assistência social é condicionante.</p>	<p>Carência de uma Equipe Volante no CRAS, especialmente para atendimento das áreas rurais.</p> <p>Carência de investimentos contínuos na qualificação dos profissionais da rede de atendimento socioassistencial atuante no município. Atual quadro de profissionais da rede de atendimento socioassistencial atuante no município é insuficiente para atender toda a demanda.</p>	<p>Alta qualidade e comprometimento dos profissionais da rede socioassistencial atuantes no município.</p>

CONDICIONANTES

DEFICIÊNCIAS

POTENCIALIDADES

EDUCAÇÃO

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

	<p>Baixa escolaridade em situação crítica entre a população.</p> <p>Em 2010 o índice do componente da educação continuou sendo o mais baixo na composição do IDHM do município e figurou como de baixo desenvolvimento humano.</p> <p>Em relação à região, apesar da significativa evolução positiva no período 1991/2010, em 2010 o índice do componente da educação continuou sendo o mais baixo na composição do IDHM dos municípios da RGI, em especial entre os do litoral norte cujos valores registrados foram de baixo ou muito baixo desenvolvimento humano.</p>	<p>As taxas de desempenho escolar e de distorção idade-série das etapas da Educação Básica apontam para uma importante melhora nas condições da educação ofertada no município entre os anos 2010 e 2020.</p>
<p>Metas do Plano Nacional de Educação: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até 2024.</p>	<p>Morretes registrou uma taxa de atendimento da faixa etária relativa à idade escolar da educação infantil aquém das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação – especialmente em relação à creche.</p>	<p>Existe um projeto de construção de um novo CMEI, a ser concluído ainda em 2022 no bairro Vila das Palmeiras, o que possibilitará a expansão da oferta de vagas de creche no município.</p>
<p>Metas do Plano Nacional de Educação: universalizar o ensino fundamental para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até 2024.</p>	<p>Apesar de terem declinado significativamente no período 2010/2020, a taxa de distorção idade-série ainda se encontram num patamar preocupante.</p>	<p>Em 2010 Morretes já apresentava índice próximo da meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação de universalização do ensino fundamental para toda a população de 6 a 14 anos, registrando uma taxa de atendimento escolar de quase 97%. Além disso, se projeta uma redução da população nessa faixa etária, o que poderia se refletir no atendimento das metas.</p>
<p>Metas do Plano Nacional de Educação: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2024, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%. Educação de ensino médio é competência estadual.</p>	<p>Em 2010, registrando uma taxa de atendimento escolar de 81%, Morretes apresentava índice aquém das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação.</p> <p>Apesar de terem declinado significativamente no período 2010/2020, as taxas de distorção idade-série, reprovação e abandono ainda se encontram num patamar preocupante. Vale ressaltar a baixa escolaridade do município: apenas 22,6% da população na faixa etária acima de 25 anos havia concluído o ensino médio em 2010.</p>	
<p>Capacidade do município para ampliação da oferta de vagas de ensino público é condicionante.</p>	<p>Os únicos dois equipamentos que oferecem vagas de ensino médio são compartilhados pelo governo municipal com o governo do estado.</p> <p>Com exceção da região do entorno do CMEI Professora Maria Luisa Burtz Merkle (situado na Vila Santo Antônio), todas as localidades povoadas do município carecem de equipamentos que ofertem vagas para creche, pois o transporte escolar não consegue atender adequadamente esta faixa etária.</p>	<p>Há oferta de transporte escolar, sendo as Estradas Rurais das rotas mantidas pela Prefeitura em boas condições de circulação.</p>

CONDICIONANTES

DEFICIÊNCIAS

POTENCIALIDADES

EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE ESPORTE E LAZER			
ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	Capacidade do município para investimento em equipamentos e a existência de terrenos públicos são condicionantes.	Escassez de espaços e equipamentos desportivos que contemplem a variedade das práticas esportivas. Carência de equipamentos, espaços e eventos voltados à promoção do bem-estar dos morretenses como um todo, em especial para os moradores das áreas rurais. Os loteamentos irregulares não destinam áreas públicas ao município, gerando deficiência em terrenos públicos.	Existência de áreas propícias para a implantação de parques municipais porém não são áreas públicas.
SEGURANÇA			
ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	Capacidade de articulação e interlocução com o estado e de investimento do município em segurança são condicionantes.	Os índices de violência e criminalidade de Morretes são expressivos, com destaque para os casos de ameaças, violência doméstica e violência contra a mulher. Ausência no município de bases permanentes de caráter comunitário das forças de segurança, em especial de administração municipal.	A região conta com as ações de segurança pública da denominada "Operação Verão", que constitui um conjunto integrado de ações dos poderes públicos estadual e municipais.
IGUALDADE DE GÊNERO			
ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	Capacidade do município para investimento em educação infantil é condicionante.	Morretes registrou uma taxa de atendimento da faixa etária relativa à idade escolar da educação infantil aquém das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação – especialmente em relação à creche.	
	Capacidade do município para investimento em segurança e para articulação e interlocução com o estado são condicionantes.	Os índices de violência e criminalidade de Morretes são expressivos, com destaque para os casos de violência doméstica e violência contra a mulher.	
	Capacidade do município para investir e administrar a Atenção Especializada à saúde da mulher e da primeira infância são condicionantes.		No nível da Atenção Especializada, no âmbito da atenção hospitalar, o município abriga o Hospital e Maternidade Municipal Doutor Alcídio Bortolin, Hospital Geral de gestão dupla que presta atendimentos de média complexidade para gestantes, parturientes e recém-nascidos

CONDICIONANTES

DEFICIÊNCIAS

POTENCIALIDADES

SAÚDE

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Capacidade do município na manutenção de profissionais de saúde é condicionante.

O número de médicos por habitantes oscila muito e comumente se apresenta como pouco favorável ao pleno atendimento da população.
 Ao contrário do conjunto estadual, que registrou aumento constante da razão de médicos no período 2011/2021, o conjunto da RGI de Paranaguá registrou oscilações e valores menos favoráveis no que se refere à disponibilidade de médicos com atendimento no SUS.
 Carência de recursos humanos na área de saúde, tais como nutricionistas, odontólogos, auxiliares administrativos, enfermeiros, farmacêuticos, auxiliares de serviços gerais e de farmácia, terapeutas ocupacionais e médicos veterinários.

A região do litoral como um todo apresenta um índice elevado no componente longevidade do IDH.

Os valores apresentados por Morretes do IVS Capital Humano sinalizam deficiências na área da saúde.

De acordo com os valores do IDHM, Morretes continua apresentando índice elevado no componente longevidade, o que sugere boas condições de saúde e salubridade locais.

Capacidade do município para investir e administrar a Atenção Primária de Saúde é condicionante.

Em 2020 Morretes registrou déficits de cobertura pela rede de Atenção Primária à Saúde, em especial pela cobertura das Equipes de Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde.
 Tendo em vista a distribuição espacial dos equipamentos de acesso à Atenção Primária, os dados sobre as coberturas de Equipes de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde indicam uma centralização de equipamentos e uma carência de agentes, especialmente para atendimento da demanda das áreas rurais.
 Carência de um veículo apropriado para as ações na área da saúde nas localidades de difícil acesso.

O município conta com um significativo aporte financeiro para a promoção da Atenção Primária de Saúde.
 Taxas estimadas de cobertura pela rede de Atenção Primária à Saúde e das Equipes de Saúde Bucal no município, que em 2020 atingiam o patamar de 88,3% e 85,9%, respectivamente.
 Pressupondo-se o atendimento integral dos grupos mais carentes, os dados sobre a cobertura de atendimento pelas Equipes de Saúde da Família e de Saúde Bucal sugerem um cenário favorável, com estimativa de plena cobertura da população vulnerável à pobreza.

Capacidade do município para investir e administrar a Atenção Especializada em Saúde é condicionante.

Carência de recursos humanos e equipamentos necessários à ampliação do atendimento na Atenção Especializada em saúde.

No nível da Atenção Especializada, no âmbito da atenção hospitalar, o município abriga o Hospital e Maternidade Municipal Doutor Alcídio Bortolin, Hospital Geral de gestão dupla que presta atendimentos de média complexidade para gestantes, parturientes e recém-nascidos, atendimentos de urgência e emergência e o Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico (SADT), o qual oferece vários tipos de exames com objetivo de esclarecer o diagnóstico ou realizar procedimentos terapêuticos específicos para os pacientes.
 Está prevista para 2022 a reforma do telhado do Hospital e Maternidade Municipal Doutor Alcídio Bortolin.

CONDICIONANTES

DEFICIÊNCIAS

POTENCIALIDADES

NOVA FERROESTE			
ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	<p>Nova Ferroeste é um projeto do estado do Paraná, com abrangência interestadual (e possivelmente internacional no futuro). Os impactos do empreendimento estão sendo avaliados pelo IBAMA no processo de licenciamento ambiental, que toma como base o EIA-RIMA da Nova Ferroeste. Não foi apresentado traçado alternativo no EIA-RIMA para o trecho do empreendimento que atravessa a área rural de Morretes.</p> <p>O trâmite de licenciamento do empreendimento junto ao IBAMA não está concluído.</p> <p>Os impactos positivos e negativos da Nova Ferroeste serão observados para além do horizonte de 10 anos deste Plano Diretor.</p>	<p>Risco (longo prazo) de redução/desativação de tráfego de cargas na Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá (EFCP), comprometendo a regularidade das viagens turísticas ferroviárias.</p> <p>Há diversos impactos sociais decorrentes do período de construção e operação da nova ferrovia que são citados no EIA-RIMA do empreendimento e discutidos no processo de licenciamento ambiental atualmente.</p>	<p>Receita tributária no período de construção (ISSQN da atividade de construção civil).</p> <p>Medidas Compensatórias: ambientais e logísticas.</p> <p>Município amplia suas vantagens locacionais para instalação de terminais logísticos e empresariais (retroporto).</p> <p>Potencial de expansão (médio-prazo) de uso da EFCP para tráfego de passageiros e comboios turísticos mais frequentes, com retomada das paradas e estações na Serra do Mar.</p>
			<p>Ações mitigatórias da implantação da Nova Ferroeste, com o financiamento de ações de regularização fundiária, estruturação das ações de regulação urbana e de fiscalização ambiental e do uso do solo, e dos projetos de readequação de estradas rurais com pavimentação com pedras irregulares (menor custo de implantação e manutenção, emprego de força de trabalho local e maior durabilidade).</p>

CONDICIONANTES

DEFICIÊNCIAS

POTENCIALIDADES

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

SISTEMAS AGROFLORESTAIS (SAF) E PROCESSOS EROSIVOS

Processos erosivos decorrentes de um ambiente suscetível, agravado pela ocupação antrópica e debastamento florestal, com maior produção de sedimentos, carregados pelos Rios Nhundiaquara e Sagrado para as Baías de Antonina e Paranaguá, ampliando processo de assoreamento e necessidade de dragagens realizadas pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), com elevados custos financeiros e ambientais. Predominância de áreas de floresta nativa e preservação permanente, em confluência com as Unidades de Conservação, com restrições e limitações para atividades agropecuárias, adequadas para Agricultura Orgânica, Agroecologia e Sistemas Agroflorestais (SAF).

Estradas rurais inadequadas, sem pavimentação e com baixa conservação. Loteamentos irregulares e parcelamento do solo rural adensaram a ocupação do solo. Agropecuária com manejo inadequado de solo potencializando processos erosivos. Técnicas adotadas na lavoura gerando erosão e contribuindo para a produção de sedimentos carregados para as baías. Famílias dedicadas à produção agroflorestal dependentes de fontes alternativas de renda para sua sustentação financeira. Informalidade da atividade e falta de registro e certificação para seus produtos, limitando sua comercialização.

SAF de Morretes integra Projeto Agroflorestar (ONG Cooperfloresta) em conjunto com Antonina (Litoral), e no Vale do Ribeira (Bocaiúva do Sul e Adrianópolis - RMC) e Barra do Turvo (São Paulo). Projeto com aporte financeiro da Petrobrás foi descontinuado na segunda metade da década anterior. Agentes e Entidades Associativas - AMAE, Gleba Pantanal, Instituto Sarapiá, Estação Agroflorestal Marumbi - difusoras de tecnologias sustentáveis, educação agroecológica e organização de produtores. Engates com a Economia Verde. Sistemas Agroflorestais nas áreas rurais de América, Fatura, Pantanal (assentamento Nhundiaquara) e Rodeio. Potencial interesse da APPA apoiar projetos voltados à recuperação de áreas rurais degradadas, com implementação de Soluções baseadas na Natureza (SbN) em projetos agroecológicos e agroflorestais de manejo sustentável, por meio de PSA (Pagamentos de Serviços Ambientais), como estratégia de condicionantes ambientais/mitigação das obras de dragagem das baías.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA I

Morretes é o segundo município do Litoral com maior produção agropecuária, com predominância de agricultura familiar (71% dos estabelecimentos) e minifúndios (82% dos estabelecimentos).

Carência de força de trabalho qualificada para a produção agropecuária (não há escola/centro de formação profissional específico na região). Deficiência na oferta de assistência técnica: cerca de 80% dos estabelecimentos sem apoio técnico, conforme Censo Agropecuário, 2017. Irregularidade do uso do solo rural (áreas não cadastradas), com limitação a acesso a crédito e ações de fomento agropecuário do governo. Parcelamento: minifúndios com área abaixo do módulo rural representam 16% das propriedades rurais. Especulação imobiliária e expansão de chácaras de lazer e loteamentos/condomínios irregulares na zona rural, competindo em áreas infraestruturadas com a produção agropecuária. Falta de Centro Regional, ponto, para comercialização de produtos regionais (agricultura, agroindústria e artesanato)

Morretes está inserida no Cinturão Verde da RMC como fornecedor de frutas tropicais, mandioca, palmáceas, hortaliças e especiarias, inclusive como local alternativo para produtores da RMC no inverno. Financiamento (PRONAF) para instalação de agroindústrias familiares com produção de conservas vegetais que atingem redes de mercados da RMC. Programa de Vocações Regionais Sustentáveis da Mata Atlântica (em elaboração pela Agência Invest Paraná), com foco prioritário nas cadeias tradicionais da Banana, Mandioca, Palmáceas (pupunha), Maracujá e frutas tropicais, articulando os municípios de Morretes, Antonina e Guaraqueçaba com atores do Governo do Estado, Prefeituras Municipais e ONGs de atuação regional. Proposta de estabelecimento do *michi-no-eki*, centralizador e vitrine de todos os atrativos e produtos agrícolas e artesanais de Morretes e região.

	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA II		
	<p>Predominância de áreas de preservação permanente no uso do solo em confluência com Unidades de Conservação, com restrições a atividades industriais e limitação de novas áreas para expansão agropecuária.</p> <p>Estrutura fundiária predominante de minifúndios que dificultam a divisão de terra para herdeiros</p>	<p>Fiscalização rural inadequada contribuindo para elevada irregularidade e baixa arrecadação do ITR. Cerca de 16% das propriedades rurais estão em assentamentos do INCRA no município.</p> <p>Restrições e deficiências na infraestrutura para produção rural e agroindustrial: estradas rurais inadequadas e com elevado custo de manutenção, falta de regularidade de suprimento de energia e baixa ou ausência conectividade no meio rural.</p> <p>Reduzida tradição associativa e cooperativismo entre os produtores, dado reduzido capital social e alta desconfiança, dificultando a inserção de produtos rurais nas lojas e restaurantes locais, na organização da comercialização externa e nas compras públicas.</p> <p>Não há serviço de inspeção municipal/intermunicipal para a produção de origem animal e de serviços de certificação de sanidade para a produção de alimentos de origem vegetal, sobretudo orgânicos e florestais.</p> <p>Não há entreposto de comercialização agropecuária no município ou cooperativa de comercialização agropecuária, de produtos in natura ou da agroindústria de alimentos.</p>	<p>Predominância da agricultura familiar.</p> <p>Diversificação para produção agroflorestal, agroecológica, agricultura orgânica e produção tropical (frutas, palmáceas, olericultura, especiarias, plantas ornamentais e flores) de maior valor agregado, com engates na Economia Verde.</p> <p>Financiamento (PRONAF) para agroindústria familiar de alimentos.</p>
ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	ATIVIDADE INDUSTRIAL, COMERCIAL E SERVIÇOS - ESCALA REGIONAL		
	<p>Atividade portuária, principal pólo de desenvolvimento econômico do Litoral, com poucos desdobramentos na economia dos municípios do Litoral, exceto nos municípios onde estão instalados.</p>	<p>Em escala regional:</p> <p>Não há política e articulação de desenvolvimento de cadeias produtivas do Litoral com a atividade portuária, fora de Paranaguá.</p> <p>Ações do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral - COLIT não compreende os temas de desenvolvimento econômico.</p> <p>Falta de coordenação dos agentes locais (setores governamentais, setores privados e sociedade civil) para atividades de desenvolvimento econômico e de promoção exterior do Litoral, o que dificulta a atração de investimentos externos para a região. (PDS)</p>	<p>Em escala regional:</p> <p>Está em elaboração, articulado pelo Invest Paraná, Programa de Vocações Regionais Sustentáveis da Mata Atlântica com foco nas cadeias tradicionais da agricultura e turismo, articulando atores do Governo do Estado, Prefeituras Municipais, produtores rurais, ONGs ambientais de atuação regional.</p>

CONDICIONANTES

DEFICIÊNCIAS

POTENCIALIDADES

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

ATIVIDADE INDUSTRIAL, COMERCIAL E SERVIÇOS - ESCALA MUNICIPAL

Restrições a atividades industriais e de serviços de alto e médio impacto ambiental.

Atividades agroindustriais tradicionais do município em encolhimento (farinheiras e alambiques), com parque industrial limitado (cerca de 20 empresas formais com empregados).
 Carência de força de trabalho qualificada e envelhecimento da população, com migração da população jovem. Poucas oportunidades para retenção e atração de jovens talentos.
 Ausência de instalações de centros de formação técnica-profissional e superior, com reduzida formação de capital humano e massa crítica na juventude.
 Deficiências da infraestrutura de energia, conectividade e serviços de Tecnologia de Informação.
 Não dispõe de áreas reservadas/indicadas para instalação de indústrias e serviços de baixo impacto ambiental.
 Dificuldades para empreender novas iniciativas inovadoras. Falta de incentivos e medidas de apoio para favorecer e fomentar a inovação e o empreendedorismo sustentável (PDS)
 Não possui centro de qualificação em artes e criatividade.

Vantagens locacionais para instalação de empreendimentos logísticos articulados com os Portos.
 Potencial da Economia Verde: Indústria de reciclagem e transformação de resíduos sólidos articulado a programa de desenvolvimento econômico sustentável.
 Potencial da Economia Criativa: singularidades criativas da gastronomia (barreado e compotas) e bebidas (cachaça, cerveja artesanal e gim), artesanato e artes plásticas, música (Festivais de Jazz, Choro e Blues) e patrimônio histórico-cultural.
 Produção com Indicação Geográfica (IG) Depositada no INPI (em análise): Barreado - Litoral (serviço gastronômico), Farinha de Mandioca - Litoral, Cachaça e Aguardente - Morretes.

CONDICIONANTES

DEFICIÊNCIAS

POTENCIALIDADES

DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Demanda: Volume expressivo do fluxo de visitante ligado ao trem de passageiro que é conduzido por operadora externa. Fluxo de visitantes importante relacionado ao turismo de Sol e Praia dos municípios de balneário da região. São fatores condicionantes da demanda turística.

Demanda: Reduzido tempo de permanência, concentrados nos finais de semana e feriados, com intensificação nos períodos de alta temporada do litoral (dez, jan), que resulta em: (i) baixo impacto socioeconômico; (ii) desqualificação do serviço em períodos de pico de fluxo; (iii) flutuação intensa de postos de trabalho; (iv) afastamento da população residente dos locais mais frequentados pelos turistas.

Oferta: A Farinha, a Cachaça, e outros produtos da agroindústria local, além do ambiente rural são elementos que já atraem o interesse dos visitantes, porém com pouco aproveitamento da capacidade de atração. O Montanhismo, atividades relacionadas a experiência de conexão com natureza já fazem parte da identidade de Morretes, porém tem fluxos concentrados e baixo impacto socioeconômico. Com maior organização, promoção, planejamento há o potencial de agregar ao destino o turismo na área rural entre a natureza e ruralidade.

Oferta - Meios de Hospedagem: Capacidade de articulação e organização coletiva dos empreendimentos é condicionante.

Oferta - Meios de Hospedagem: Baixo nível de articulação devido à cultura de baixa cooperação entre empresários.

Oferta - Meios de Hospedagem: Existem iniciativas que realizam ações visando a sustentabilidade ambiental da empresa e do destino, bem como a integração entre o setor de hospedagem com outros segmentos do trade turístico, ações e estratégias com capacidade de ampliação e qualificação do posicionamento de mercado de Morretes enquanto destino estrategicamente integrado a natureza.

Oferta - Serviços de Alimentação: O Barreado como produto principal na formação de identidade turística de Morretes de forma integrada com a paisagem da Serra do Mar e do Centro Histórico. Pouca integração do produto turístico - Barreado, com os demais produtos relacionados a ruralidade e a natureza.

Oferta - Serviços de Alimentação: potencial distributivo da demanda para os demais produtos locais a partir de ações de integração da oferta para a demanda.

Oferta - Serviços de Alimentação: escassez da oferta de serviços com atendimento noturno, insatisfação dos turistas com relação ao serviço e a qualidade do produto é demonstradas nos dias de fluxo intenso, alto índice de informalidade dos profissionais que atuam no setor, baixa integração do setor com os demais produtos turísticos de Morretes.

Oferta - Serviços de Receptivo: Os serviços estão voltados ao atendimento da demanda do turismo de natureza com potencial de crescimento a partir de articulações e investimento na promoção do destino de forma integrada

CONDICIONANTES

DEFICIÊNCIAS

POTENCIALIDADES

ATRATIVOS TURÍSTICOS e ASPECTOS SOCIOCULTURAIS

60% do território de Morretes está delimitado em UC - patrimonio socioambiental condicionado a superintendência pública da esfera estadual e federal.

Áreas de Banho de Rio usadas por turistas e pela população com ausência de infraestrutura e equipamentos de apoio, incluindo sinalização e regulamentação de uso que é inexistente ou insuficiente na maior parte dos atrativos. Algumas das atrações são impactadas pelo comportamento inadequado dos visitantes, bem como pela inexistência de normas e ações educativas. Volume de pessoas excedente em um mesmo espaço dos rios causam impactos ambientais, de mobilidade, de vizinhança. Falta de regulamentação, orientação e controle de uso dos locais de banho de rio. Lixo concentrado após o uso dos locais de banho de rio. Estacionamento Irregular. Poluição Sonora. Fenômeno da "cabeça d'água" nos rios e pontos de maior profundidades e correnteza geram situações de insegurança aos usuários.

Atual oferta de atividades de lazer e turismo na natureza para diferentes públicos, iniciante a especialista, com experiência de bom custo-benefício em relação aos valores de mercado. Conexão dos rios que integram os perímetros urbanos e entorno com atividades de lazer e visitação turística. Utilização da Foz do Rio Nhundiaquara para navegação e acesso às Baías de Paranaguá, Antonina, Laranjeiras e Guaraqueçaba para barcos de pequeno porte, incentivo à atividade/turismo náutico. Oportunidades para o desenvolvimento de atividades turísticas como o ecoturismo, o turismo de aventura, o turismo científico e pedagógico. Localidades na porção sul do município com pontencial para melhoria do turismo rural, de natureza, de aventura e educacional, resguardadas as medidas relativas às fragilidades ambientais e áreas suscetíveis à deslizamentos e inundações.

Capacidade dos órgãos responsáveis pela gerência das unidades de conservação de proteção integral para o uso público é uma condicionante.

Gestão das Unidades de Conservação com escassez de recursos para implementação do uso público, apresentando baixo ou nenhum investimento para a estruturação de programa(s) atrativo, responsável, seguro para a visitação a partir de atividades de lazer, aventura, aventura técnica e educação socioambiental.

Parques Estaduais possuem importante potencial para o uso público.

Parques Estaduais da Graciosa e do Pau Oco sem plano de manejo. Parque Estadual Pico do Marumbi tem plano de manejo desatualizado.

Valorização integrada da Região do Litoral do PR integra o maior remanescente de Floresta Atlântica, um hotspot de biodiversidade, reserva da biosfera reconhecida pela UNESCO.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE MORRETES
 FASE 2 - ANÁLISE TEMÁTICA - PRODUTO 3F - TOMO II - 22/07/2022
 MATRIZ CONDICIONANTES DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<p>A singularidade da paisagem de Morretes a beira da Serra do Mar, conectada por caminhos históricos, com seu ambiente urbano central integrado ao Rio Nhundiaquara com edificações de valor histórico tombado pelo Governo do Estado (Resolução n 54/2022 – SECC).</p> <p>Assim como o hábito de cidadãos morretenses, curitibanos e do entorno de acessarem locais nas orlas dos rios ("prainhas") e cachoeiras para banho e lazer aos finais de semana e feriados, é um processo histórico consolidado.</p>	<p>Baixa capacidade dos atores envolvidos no turismo (Setor público e Iniciativa Privado) em fomentar a diversificação de produtos turísticos, acarretando na concentração de fluxo para o centro histórico que por vezes causa um número excessivo de pessoas circulando em um curto espaço de tempo apenas em um pequeno perímetro do centro histórico.</p>	<p>Conexão da sociocultural da população com os rios, com a serra e demais elementos do ecossistema local.</p> <p>Oferta de atividades de visitação as agroindústrias de produção artesanal associada ao turismo.</p> <p>Paisagem com potencial para atração das viagens de negócios relacionado ao campo da industria cinematográfica e da publicidade.</p> <p>Percepção de Natureza conservada pelos visitantes, com opções atividades de conexão e contemplação conectado à natureza.</p> <p>Os caminhos históricos favorecem a atração de visitantes atuando como acesso ao destino e como produto turístico com potencial de ampliação de fluxo, e necessidade de diversificação dos períodos de atração por meio de ações de fomento para a baixa temporada.</p> <p>Cicloturismo, Montanhismo, Caminhadas e outras modalidades de turismo de natureza como importante potencial de desenvolvimento perene.</p> <p>O Barreado e o Centro Histórico são os principais atrativos de Morretes, apresentando potencial de integração com os demais produtos turísticos.</p>
	<p>Ausência de Áreas de Parque Municipal com áreas de lazer e de atividade física em contato com a natureza para a população local.</p>	
<p>Morretes, municipio de características rurais, possui condicionantes físicas e jurídico-administrativas que condicionam a produção rural</p>	<p>Integração da Produção rural tradicional ou agroecologica incipiente com o turismo na área rural ou no uso da produção agroindustrial local nos empreendimentos turístico para comércio e produção.</p>	<p>Michi-no-eki sendo estudado.</p> <p>Ativos Socioculturais, que favorecem o turismo: (i) na gastronomia e na produção associada, os principais símbolos locais são o barreado, a cachaça, a farinha de mandioca; (ii) arte, artesanato, patrimônio material edificado; (iii) paisagem da Serra do Mar e dos rios na integração com o ambiente urbano.</p> <p>Integração entre os serviços e equipamentos turísticos na comercialização e no uso dos produtos da terra.</p>

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE MORRETES
FASE 2 - ANÁLISE TEMÁTICA - PRODUTO 3F - TOMO II - 22/07/2022
MATRIZ CONDICIONANTES DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
----------------	--------------	-----------------

Acesso rodoviário de carga rodoviária para o Porto de Antonina atravessando Centro Histórico. Efeito barreira/impacto da rodovia com a ferrovia no centro histórico, são aspectos da configuração do território condicionantes.

Ponto de parada de micro-ônibus e ônibus de passeio não regulamentados causam transtorno na mobilidade da região central.

Promoção da distribuição do fluxo de pessoas e veículos no centro histórico e entorno, com adequação dos aspectos de mobilidade e incentivo a uso de locais de valor cultural e histórico atualmente em desuso ou subutilizado

Concentração da oferta de serviços dificulta promove a concentração de pedestres e veículos.

Escassez de equipamentos de lazer e cultura que promova a permanência e favoreça a distribuição do fluxo de pessoas;

O grande volume de turistas concentrado em um curto período de tempo no centro histórico afasta a população local de uso do espaço de socialização do centro.

História da região é um grande potencial com espaço para maior valorização dos aspectos socioculturais.

Falta de investimento para fomento cultural, manutenção e implementação de equipamentos e ações culturais para a população local e e colabora com o baixo tempo de permanência dos visitantes no destino.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS

ESTRADA DE FERRO HISTÓRICA

Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá e ramal ferroviário Morretes-Antonina. Obra de engenharia de relevância histórica, inaugurada por Dom Pedro II. Concessão do estado para Rumo, contrato até 2027.

Efeito barreira no município, em áreas rurais e especialmente em áreas urbanas. Tráfego ferroviário segrega ocupação urbana na Sede.

A linha turística da EFCP representa um importante produto turístico para Morretes, com potencial para ampliar fluxo turístico de outros atrativos. A prefeitura está ativamente trabalhando em buscar melhorias relacionadas ao serviço da concessionária.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS

NOVA FERROESTE

Nova Ferroeste é um projeto do estado do Paraná, com abrangência interestadual (e possivelmente internacional no futuro). Os impactos do empreendimento estão sendo avaliados pelo IBAMA no processo de licenciamento ambiental, que toma como base o EIA-RIMA da Nova Ferroeste. Não foi apresentado traçado alternativo no EIA-RIMA para o trecho do empreendimento que atravessa a área rural de Morretes. O trâmite de licenciamento do empreendimento junto ao IBAMA não está concluído. Os impactos positivos e negativos da Nova Ferroeste serão observados para além do horizonte de 10 anos deste Plano Diretor.

Caso ocorra a desativação do tráfego de cargas na Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, poderá haver impacto sobre a viabilidade da operação da linha turística, e caso esta seja desativada, Morretes sofrerá um grande impacto em sua atividade turística. Além disso, os trilhos, por sua importância enquanto patrimônio histórico-cultural, provavelmente não serão retirados, causando um vazio urbano na Sede com o agravamento do efeito barreira.

Diminuição do tráfego de caminhões de carga na BR-277 tem o potencial para contribuir para a mobilidade de moradores da região do litoral e turistas.

Traçado proposto para a Nova Ferroeste passa pelas localidades rurais de Mundo Novo do Saquarema, Candonga, Rio Sagrado, Morro Alto, Floresta, além de passar pelas imediações do perímetro urbano do Distrito de Sambaqui (aprox. 700 metros no ponto mais próximo) e pela imediações da TI não homologada Tupã Nhé' é Kretã. Tanto o EIA-RIMA do empreendimento quanto as comunidades locais apontam e discutem diversos impactos relativos ao empreendimento.

As discussões públicas que ocorrem ao longo do processo de licenciamento ambiental, que tramita no IBAMA, podem contribuir para a qualificação das medidas e programas propostos no EIA-RIMA da Nova Ferroeste, com objetivo de mitigar e compensar os impactos de diversas naturezas em Morretes. As contribuições dos diferentes agentes da sociedade são consideradas no processo de licenciamento ambiental.

CONDICIONANTES

DEFICIÊNCIAS

POTENCIALIDADES

ACESSO RODOVIÁRIO AO PORTO DE ANTONINA			
ASPECTOS SOCIOESPAÇIAIS	Rodovia PR- 408 atravessa a Sede, inclusive o centro histórico de Morretes, ao lado da Igreja Matriz.	Conflitos de mobilidade urbana, entre pedestres, ciclistas, veículos e tráfego pesado de caminhões na área urbana (inclusive centro histórico).	A normativa SEEC-CPC indica a necessidade de contornos viários. O PDS_Litoral indica a necessidade de contorno viário.
	Judicialização do EIA-RIMA do prolongamento da PR-340 que ligaria a BR-277 a Antonina. Há décadas o conflito gerado pelo tráfego rodoviário inserido na malha urbana de Morretes (aliás, também na malha urbana de Antonina) vem sendo motivo de discussões, propostas, estudos e reivindicações por diversos atores sociais públicos e privados.	Ausência de alternativa que resolva a situação do tráfego de cargas que passa pelo centro de Morretes. O município não tem gerência direta sobre a questão de uma nova rodovia, que é projeto de competência do estado - carência de interlocução e articulação regional.	O Plano Diretor de Morretes, em seus limites, será uma ferramenta que oportunizará o avanço das discussões públicas no que se refere aos desejos da população local e às questões técnicas relacionadas às competências do Município relativas à essa pauta, que é regional.
	Planejamento e capacidade de investimentos da APPA.	Condição do calado restrito do Porto de Antonina vem, há anos, inviabilizando sua modernização. Há 3 terminais portuários e apenas 1 operando.	Caso Antonina no médio e longo prazo promova a reconversão dos espaços e estruturas portuárias para outros usos - como atividades náuticas, marinas, escolas de vela e canoagem - poderá ser promovida a integração com os produtos turísticos de Morretes. Há potencial para utilizar a Foz do Rio Nhundiaquara para navegação e acesso às Baías de Paranaguá, Antonina, Laranjeiras e Guaraqueçaba para barcos de pequeno porte, incentivando a atividade/turismo náutico no município.
CENTRO HISTÓRICO DE MORRETES			
ASPECTOS SOCIOESPAÇIAIS	Tombamento do Centro Histórico de Morretes pelo estado (Resolução n 54/2022 – SECC).	Não houve ainda a divulgação da regulamentação, aplicação e fiscalização.	A partir da adoção dos parâmetros estabelecidos na normativa de tombamento, o Centro Histórico ganhará qualidade paisagística.
	Tombamento do Centro Histórico de Morretes pelo estado (Resolução no 54/2022 – SECC) determina perímetro de tombamento, e perímetro de entorno do centro histórico - ambos com parâmetros de uso e ocupação do solo.	A delimitação das Zonas ZCH1 e a ZCH2 na lei de ZUOS de Morretes não coincide com os perímetros do centro histórico tombado e do entorno, sendo necessária a adequação de diversas Zonas: ZR1, ZR2, ECS1 e ECS2.	A revisão do Plano Diretor possibilita as adequações necessárias relativas ao ZUOS no centro histórico, compatibilizando com a Resolução n 54/2022 – SECC.
	Tombamento do Centro Histórico de Morretes pelo estado (Resolução n 54/2022 – SECC) determina que as visadas para a Serra do Mar - patrimônio tombado - sejam preservadas, sendo proibidas edificações com altura superior à 7 metros na fachada e 10 metros na cumeeira.	Carência de fiscalização em relação ao cumprimento da regulamentação, há construções irregulares.	Paisagem urbana é reconhecida como um diferencial de Morretes - casario colonial, integração com o rio Nhundiaquara com os fundos da Serra do Mar. Potencial de aumento no turismo com a requalificação/ valorização do Centro Histórico.
	Fluxo turístico. A singularidade da paisagem de Morretes a beira da Serra do Mar, com seu ambiente urbano central integrado ao Rio Nhundiaquara em edificações com ar bucólico, remetem às sensações de tranquilidade, aconchego e nostalgia.	O grande volume de turistas concentrado em um curto período de tempo no centro histórico afasta a população local de uso do espaço de socialização do centro. Necessária atenção para evitar gentrificação.	Paisagem com potencial, a ser estudado, para atração das viagens de negócios relacionado ao campo da indústria cinematográfica e da publicidade. Potencial para integração com Cicloturismo/Turismo de natureza.

CONDICIONANTES

DEFICIÊNCIAS

POTENCIALIDADES

MOBILIDADE

Capacidade do município para administrar, investir e manter o transporte público é condicionante.

Situação crítica do Transporte Público: sucateamento, empresa em dificuldades financeiras e problemas no contrato, sistema desorganizado e ineficiente. Transporte Público tem baixa adesão devido à baixa qualidade e cobertura do serviço.

Transporte Público: para melhorar a qualidade, poucas linhas são necessárias, mas com maior frequência. Pesquisa Origem-Destino indica que mais pessoas utilizariam o Transporte Público se fosse mais qualificado. Há potencial para transporte público ser utilizado pelos turistas, levando às atrações turísticas mais afastadas do centro histórico.

Característica da sede: tamanho reduzido e topografia plana.

Grande maioria das vias na Sede não possui calçadas, ou estas estão em condições ruins de circulação para os pedestres - em especial os portadores de necessidades especiais.

Há potencial para criação de uma rota acessível entre os principais atrativos culturais do centro histórico. Há potencial para combinar a rota acessível com pontos de embarque e desembarque de turistas nos ônibus das operadoras, que poderão estacionar fora do centro histórico.

Característica do fluxo turístico é condicionante.

Operadoras de turismo utilizam ônibus, microônibus e vans para transporte de turistas às sextas, sábados, domingos e feriados. Conflitos gerados pela demanda ocasional para estacionamento desses veículos, concentrados nas imediações da estação ferroviária e da Igreja Matriz.

Há disponibilidade de áreas que poderiam ser adaptadas como estacionamentos para vans e ônibus turísticos, desafogando o tráfego e estacionamentos nas vias do Centro Histórico.

Característica do fluxo turístico é condicionante.

Tráfego intenso de veículos de passeio na Sede gerado por turistas aos finais de semana. Não há fiscalização de trânsito e estacionamento.

Morretes já possui lei de ordenamento de áreas de estacionamento e áreas de pedestres, que tem potencial para melhorias.

Paranacidade é responsável pela aprovação de projetos existentes para ciclovias.

Nenhum eixo cicloviário oficial implantado até o momento. Conflito entre tráfego pesado de caminhões e circulação de ciclistas nas rodovias.

A bicicleta já é bem presente na cultura litorânea, 43% dos respondentes da pesquisa OD relataram que utilizariam a bicicleta caso fossem oferecidas melhores condições de circulação. Benefício para moradores e turistas. As ciclovias tem grande potencial para promoção do turismo fora do centro histórico.

Sistema viário existente é condicionante.

Descontinuidade da malha viária externa ao centro histórico, ocasionando problemas de circulação viária. Dependência dos eixos rodoviários para circulação entre loteamentos urbanos.

Ortogonalidade do sistema viário do centro histórico facilita a circulação. A baixa densidade de ocupação ainda permite a definição de diretrizes viárias a serem seguidas em novos loteamentos.

QUESTÕES FUNDIÁRIAS E OCUPAÇÕES IRREGULARES

Determinação do INCRA:
 Fração Mínima de Parcelamento do solo rural igual a 2 hectares.
 Módulo rural (área mínima que viabiliza o sustento básico de uma família produtora) igual a 2 hectares.

Parcelamento do solo rural inferior ao módulo rural/fração mínima de parcelamento igual a 2 ha: pequenas propriedades com uso tipicamente, loteamentos clandestinos, condomínios de alto padrão.
 15% dos empreendimentos rurais em Morretes têm área inferior a 2 ha.

Interesse de pessoas de fora de Morretes na região, para adquirir imóveis e investir em pequenos empreendimentos deve ser regulamentado e fiscalizado, considerando as fragilidades ambientais.

Capacidade do município para promover fiscalização é condicionante.

Baixa capacidade da Prefeitura de fiscalizar uso e ocupação do solo (poucos recursos e técnicos capacitados).

Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) demarcadas têm área suficiente para construção de HIS considerando o déficit habitacional.

RODOVIA BR-277

Rodovia BR-277 é um eixo modal de importância regional que passa pela área rural de Morretes.

Segrega as localidades do Rio Sagrado, Mundo Novo, Floresta, e outras da porção norte do município.

Delimitada como eixo de desenvolvimento econômico no PD vigente.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS

**REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE MORRETES
FASE 2 - ANÁLISE TEMÁTICA - PRODUTO 3F - TOMO II - 22/07/2022
MATRIZ CONDICIONANTES DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES**

CONDICIONANTES

DEFICIÊNCIAS

POTENCIALIDADES

	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
ASPECTOS SOCIO ESPACIAIS	LOCALIDADES EM ÁREA RURAL E ESTRADAS RURAIS		
	54% da população reside na Área Rural - Existência de diversas localidades rurais distribuídas pelo território.	Especulação imobiliária em zona rural, parcelamento do solo com características urbanas.	Estradas Rurais em relativa boa condição de circulação - serviço de manutenção executado pela Prefeitura (onde passam os ônibus escolares).
ASPECTOS SOCIO ESPACIAIS	NECESSIDADE DE EXPANSÃO URBANA		
	Projeções populacionais mostram pouquíssimo incremento para a próxima década.	Problemas causados por ocupações irregulares. Desmembramentos em vez de parcelamentos do solo urbano prejudicam a instalação de infraestrutura e doação de áreas públicas.	Presença de muitos vazios urbanos, há potencial para otimização da infraestrutura sem ampliação do perímetro.
ASPECTOS SOCIO ESPACIAIS	Capacidade de investimento para ampliação das redes de saneamento básico.	Ausência de saneamento básico na grande maioria das áreas antropizadas.	Presença de saneamento básico em parte da Sede, reta do Porto e Distrito Porto de Cima.
	DISTRITO SAMBAQUI		
ASPECTOS SOCIO ESPACIAIS	Antiga diretriz de planejamento nacional para continuidade da BR-101 em Guaratuba e Morretes, com o PDS_Litoral orientando a elaboração do EVTEA do traçado (CL05), como alternativa ao tráfego de caminhões passando pelas áreas urbanas de Guaratuba e Matinhos caso seja construída a ponte sobre a baía de Guaratuba.	A demarcação do perímetro urbano de Sambaqui não reflete a realidade espacial. Área apta com restrições à ocupação antrópica - área planejada para futuros mananciais.	Oportunidade de reforçar o Sambaqui como uma centralidade (com oferta de serviços, etc) ao sul da BR277.
ASPECTOS SOCIO ESPACIAIS	DISTRITO PORTO DE CIMA		
		Área apta à ocupação antrópica com restrições. Ocupações ao longo de margens dos rios.	Área apresenta infraestrutura urbana instalada.
ASPECTOS SOCIO ESPACIAIS	DISTRITO SÃO JOÃO DA GRACIOSA		
	Inserido no perímetro de Tombamento da Serra do Mar.	Área apta à ocupação antrópica com restrições. Ocupações ao longo de margens dos rios. Não apresenta infraestrutura de saneamento básico.	
ASPECTOS SOCIO ESPACIAIS	SEDE		
		Ocupações às margens do Rio Nhundiaquara sujeitas à inundações.	Área apta à antropização (resguardadas as áreas de risco)
ASPECTOS SOCIO ESPACIAIS	LOCALIDADES AO SUL DA BR-277 - RIO SAGRADO, MUNDO NOVO DO SAQUAREMA		
	APA de Guaratuba abrange porção sul do território de Morretes, sendo o plano de manejo um condicionante à ocupação.	Rodovias BR-277 condiciona a ocupação do território, conforma um divisor de águas.	PARNA Guaricana está em fase de elaboração de seu plano de manejo, realizando 2 reuniões técnicas junto à comunidade colhendo os usos já existentes para delinear coletivamente as possibilidades atreladas à conservação.
ASPECTOS SOCIO ESPACIAIS	PANTANAL, AMÉRICA DE BAIXO, AMÉRICA DE CIMA		
	Pantanal é um projeto de assentamento rural do INCRA.	Presença de parcelamentos do solo irregulares, abaixo do módulo rural, podem comprometer a manutenção da produção agropecuária devido à especulação imobiliária com características urbanas em áreas rurais.	Áreas aptas à ocupação antrópica. Concentração de agroindústrias. Potencial para turismo rural.